
DA REAL MESA CENSÓRIA
AO SURGIMENTO DA IMPRENSA OFICIAL NO BRASIL
From The Real Censory Table
To The Surface Of The Official Press In Brazil

Heloísa Viccari Jugeick Beline¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o percurso da censura no Brasil desde o século XVI, momento em que a censura eclesiástica, instituída pelo Concílio de Trento, faz-se presente com a Tríplice Censura, passando para as intervenções de Pombal, segundo os interesses político-econômicos e a criação da Real Mesa Censória, já desvinculada sobremaneira da Igreja. Na sequência, a substituição da RMC pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e Censura de Livros, o retorno ao sistema tripartido de censura e as mudanças que ocorreram na realidade do Rio de Janeiro com a vinda da Família Real Portuguesa até a criação da Imprensa Oficial no Brasil. Pretende-se demonstrar como houve a progressão do pensamento referente aos interesses vinculados ao modelo de censura instituído em cada período e qual a sua relação com o momento de criação da Imprensa Oficial no Brasil, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

PALAVRAS-CHAVE: Censura; Concílio de Trento; Tríplice Censura; Pombalismo; Imprensa Oficial no Brasil.

ABSTRACT: This article aims to present the course of censorship in Brazil since the 16th century, when ecclesiastical censorship, instituted by the Council of Trent, is present with the Triple Censorship, passing to the interventions of Pombal, according to political interests - economic and the creation of the Real Mesa Censória, already largely detached from the Church. As a result, the replacement of the RMC by the Royal Board of the General Commission for the Examination and Censorship of Books, the return to the tripartite system of censorship and the changes that occurred in the reality of Rio de Janeiro with the arrival of the Portuguese Royal Family until the creation of the Official Press in Brazil. It is intended to demonstrate how there was the progression of thought regarding the interests linked to the censorship model instituted in each period and what is its relationship with the creation of the Imprensa Oficial in Brazil, with the *Gazeta do Rio de Janeiro*.

KEYWORDS: Censorship; Council of Trent; Triple Censorship; Pombalism; Official Press in Brazil.

¹ Especialista em Gramática, Língua Portuguesa e em Gestão Educacional, mestre em Literatura e Vida Social (UNESP-Assis) e doutoranda pela mesma instituição. Professora de Ensino Fundamental, Médio, Pré-Vestibular (Objetivo-Assis) e de Pós-Graduação (UNIP-Assis).

A ascensão de D. José I e de seu Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo na Coroa Portuguesa pautou-se pela presença da Ilustração, o que promoveu várias reformas, inclusive na atividade censória. Em território luso, a Ilustração assumiu feição predominantemente católica, prevalecendo, assim, a tentativa de conciliar a fé e a ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo.

Sebastião José de Carvalho, o futuro Marquês de Pombal², passa a integrar o cenário político português de forma decisiva após o terremoto de 1755, que destruiu Lisboa. O então Ministro de Estado do Rei D. José empenha-se em reestruturar a cidade, visto que o monarca já não possuía mais forças para tal intento. Com a ascensão de Pombal à Secretaria dos Negócios do Reino, e nomeando pessoas de sua confiança nas demais secretarias, administrou as terras lusitanas – com grande poder – até a morte de D. José, em 1777.

Em 1759, momento em que recebeu o título de Conde de Oeiras, Sebastião José inicia a “propagação” da própria figura com o objetivo de destacar o progresso, o arrojo, o trabalho, a austeridade e o estudo, dando origem ao “discurso do Mecenato Pombalino”, conforme defende Ivan Teixeira, em *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica* (1999). No mesmo ano, ordena a publicação de uma edição luxuosa da *Arte Poética* de Horácio, traduzida pelo padre Francisco José Freire. Tal obra passou a integrar o projeto pombalino à medida que valoriza o estilo neoclássico, assim denominado *a posteriori*, e põe em xeque a neoescolástica utilizada pelos jesuítas.

O descrédito em relação à imagem dos jesuítas fazia-se necessário para o projeto pombalino e configurava um traço bastante representativo do momento: a secularização do poder, cujo intuito era a redução do poder político da Igreja e, sobretudo, subjugá-la ao Estado. Nesse sentido, os jesuítas tornam-se “inimigos” do projeto pombalino, devendo ser banidos do país, sob pretexto de que “contrariavam tanto o progresso geral do Estado quanto a clareza das ideias no ensino.

O poder de Pombal, na época, era tamanho que o próprio Tribunal do Santo Ofício passa a atuar sob o domínio direto de Sebastião José, que nomeou o irmão, Paulo de Carvalho e Mendonça, para a função de Inquisidor Geral. Em 1764, Pombal consegue, finalmente, expulsar os jesuítas do país e,

²O título “Marquês de Pombal” foi recebido somente em 1769 pelos serviços que Sebastião José prestou ao rei, não por um direito de família. O artigo não está sendo anacrônico; apenas fez a opção de usar a expressão “Marquês de Pombal” doravante para facilitar o entendimento, já que é familiar historicamente.

em 1768, com a criação da Real Mesa Censória, o controle da cultura – a censura – passa das mãos da Igreja e se torna responsabilidade apenas do Estado.

Outro traço marcante das ações pombalinas foi relativamente ao conceito de universidade, que, antes da expulsão dos jesuítas, era um mecanismo de distinção social, reforçando autoridade e fé. Diferente disso, as reformas instituíam o método experimental, através da observação e uso da razão. Ademais, houve uma renovação do corpo docente, principalmente professores provenientes da Itália.

Vale ressaltar que o processo de implantação das Luzes é anterior às reformas instituídas por Pombal. Ainda no reinado de D. João, foram estabelecidas mudanças no pensamento lusitano com o surgimento de academias literárias, laboratórios, traduções e edições relevantes. Duas obras são bastante significativas naquele momento para o processo de atualização do ensino em Portugal: o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís Antônio Verney³, e a já citada *Arte Poética* (1748), de Francisco José Freire.

Com as mudanças implantadas por Pombal para o estabelecimento de um novo modelo de universidade, marcado pelo espírito científico, por novas maneiras de se conceber o conhecimento, pela institucionalização de novas especialidades e campos do saber, a neoescolástica, identidade da Universidade de Coimbra, enfraquece-se tanto em razão das perseguições contra os jesuítas quanto pelo fim da Companhia de Jesus. Tais práticas revelam que as ações pombalinas e o combate aos jesuítas configuraram, juntamente com o racionalismo e com a objetividade científica, o domínio das Luzes.

Dessa forma, o período em que foi estabelecida a Ilustração em Portugal é concomitante ao da administração de Pombal, marcado pelo despotismo esclarecido e identificado, segundo Teixeira (1999), como um momento cujos pressupostos estavam vinculados à reflexão, à racionalidade, à crítica e à contestação, de forma a caracterizar um conjunto de princípios filosóficos, científicos, políticos, econômicos e artísticos. Sob esse viés, nota-se que, se por um lado, Pombal implantou reformas que se vincularam à valorização do conhecimento, por meio da racionalidade e da crítica, por outro, não se concebiam opiniões divergentes, o que justifica a prática do despotismo esclarecido.

No que diz respeito à atuação artística, como ratificação da prática

³ A obra, elaborada à luz da Europa iluminista, apresenta orientações pedagógicas que articula as correntes filosófico-culturais daquele momento aos princípios essenciais do Iluminismo. Criado no contexto capitalista da Europa industrial, Verney defende a necessidade de novos comportamentos tanto por parte da sociedade quanto para o mundo do trabalho, de forma a propor um caráter utilitarista: ser útil à igreja, reafirmando a pedagogia jesuítica, e ser útil ao Estado, modernizando a sociedade pela também modernização do ensino.

do despotismo, Pombal tornou-se mecenas de agremiações literárias da época, como a Academia Brasílica dos Renascidos, e controlou os conteúdos disseminados pelas academias em seus documentos oficiais: Estatutos ou Atas, a fim de que tais assuntos abordassem, nos discursos acadêmicos e poéticos, não só o próprio ideário como também o engajamento dos acadêmicos no processo de expulsão dos jesuítas, causa estritamente vinculada às suas conveniências pessoais.

Consoante Teixeira (1999, p. 13) assevera, Pombal estabelece uma identidade entre o discurso das artes e as práticas políticas, o que configura o seu Mecenato. Para isso, utiliza-se de propagadores, como José Basílio da Gama, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto e Joaquim Inácio de Seixas Brandão com o intuito de divulgar e reafirmar o poder com produções letradas orientadas pelas técnicas ligadas à *Arte Retórica* Aristotélica. Era essencial saber usar os preceitos retóricos convenientemente: ter engenho, erudição, dominar a arte da agudeza, a emulação, regulados pelo decoro, dispositivos de controle – ou monopólio – do discurso coletivo, não individual.

Destarte, naquele momento, não se concebiam as produções artísticas senão como extensão da ordem do Estado. Filiadas à retórica, as produções mantinham “um olho na urdidura do texto e outro na trama social” (TEIXEIRA, 1999, p.14). Eis a utilização habilidosa da arte como veículo do Estado ilustrado.

A REAL MESA CENSÓRIA E A REAL MESA DA COMISSÃO GERAL PARA O EXAME E A CENSURA DOS LIVROS

No Brasil, entre 1576 e 1768, o controle das publicações era realizado por três tribunais, que respeitavam a seguinte hierarquia: primeiramente o Ordinário e a Inquisição e, posteriormente, o Desembargo do Passo. O primeiro momento dizia respeito à censura eclesiástica, detentora de duas instituições censoras: o Ordinário, em que as dioceses contemplavam as obras da sua respectiva região de atuação, e a Inquisição, através do Tribunal do Santo Ofício. Já outro órgão censor era vinculado à Coroa Portuguesa, o Tribunal do Desembargo do Paço. Pode-se notar, portanto, que os ideais religiosos prevaleciam, visto que havia dois órgãos da igreja e apenas um que tratava o interesse da Coroa.

O Concílio de Trento, em Portugal, foi determinante tanto para a atuação dos reis quanto para a intervenção dos decretos em relação aos ideais religiosos e sociais, situação que foi alterada com a política pombalina iniciada em 1750 e com as mudanças promovidas pelo estabelecimento das Luzes, presente já nas ações joaninas, o que resultou em uma alteração dos

ideias vigentes em Portugal a partir da existência das academias literárias, traduções de obras, edição e publicação de obras significativas para a época e a existência de laboratórios.

A partir de 1755, Pombal propõe-se a implantar definitivamente a soberania do Direito Divino, proibir a inserção de ideias opostas à prática do absolutismo, sobretudo as francesas e, por fim, eliminar definitivamente as ações e influências dos Jesuítas, seus grandes inimigos. Com o intuito de reduzir o poder da religião nas decisões referentes à disseminação de ideias, o Primeiro-Ministro de D. José institui, em 1768, a Real Mesa Censória, a qual, juntamente com a reforma do ensino e a criação da Imprensa Régia, formam os três pilares que sustentam e consolidam o seu poder.

O Marquês de Pombal não economiza mecanismos para a reconquista do poder régio a fim de subjugar a atividade censória restritamente a esse poder com justificativa de que o sistema existente não era eficiente por ser tripartido. Com a instituição da Real Mesa Censória, a censura religiosa sai das mãos do Tribunal do Santo Ofício e do Ordinário e passa a ser de responsabilidade do Estado – Absolutista –, submetendo-se à soberania do rei, com leis próprias para proibir e examinar a impressão, encadernação, venda e circulação de livros, seja em Portugal, seja no Brasil.

Os critérios que orientavam a atividade dos censores régios da Real Mesa foram estabelecidos, em 18 de maio de 1768, por um regimento bastante pormenorizado, no qual constava um novo *Index Expurgatorius*, novamente refeito em 1770 – com uma lista de 122 obras provenientes da Europa Ocidental, dentre as quais de Locke e Voltaire –, e 17 regras que deveriam ser seguidas para a censura dos livros. As duas últimas regras diziam respeito exclusivamente aos jesuítas, cujos livros foram proibidos tanto em sua circulação quanto para o ensino. Qualquer um que tivesse acesso às obras proibidas ou mesmo fizesse exposições orais sobre as mesmas, seria punido com multas, confisco das obras, prisão e até o exílio a Angola.

Em 1777, com a morte de D. José I, D. Maria I ascende ao poder e mantém os mecanismos de censura adotados até que, em 1787, extingue a Real Mesa Censória e institui a Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, com a participação da Igreja novamente, reconhecimento da autoridade papal, soberania da rainha para estabelecer a nova atividade censória e participação de uma figura clerical como presidente do tribunal, diferentemente do que Pombal havia instituído. Assim, a Mesa passou a ser constituída por um presidente eclesiástico e oito deputados, dos quais quatro deveriam ter formação em Teologia. Todavia, mesmo com a mudança do nome do órgão censor e com a participação de religiosos, as decisões, critérios e funcionamento continuaram os mesmos, inclusive os censores se mantiveram.

Porém, o grande entrave do órgão censor em questão eram as opiniões divergentes dos próprios censores no processo de julgamento de uma obra, já que alguns eram mais condescendentes que outros. João Guilherme Cristiano Müller, um dos censores que mais esteve a serviço da atividade censória, possuía divergências com o intendente da polícia Diogo Ignacio de Pinha Manique, o qual o fazia reclamações incessantes a respeito da atitude liberal do censor em questão ao marquês Ponte de Lima.

O escândalo que extingue a Mesa Real em 1794 foi a denúncia de que Müller havia liberado uma obra intitulada *Medicina Teológica*, vista como indigna. Considerando, então, o órgão como incapaz de julgar as obras de uma adequada, vigilante e temendo a propagação de novas ideias, principalmente devido à Revolução Francesa. A censura retorna ao sistema tripartido anterior, com a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço, cujo funcionamento se estende até a vinda de D. João ao Rio de Janeiro. A partir daquele momento, a censura dos livros passou a pertencer:

- a) aos bispos, quanto a doutrinas contrárias aos dogmas, à moral e à disciplina eclesiástica;
- b) ao Santo Ofício da Inquisição, quanto aos erros contra cujos autores ou sectários tivesse direito de proceder;
- c) à Mesa do Desembargo do Paço, quanto às doutrinas danosas e prejudiciais aos costumes públicos, às leis e direitos da Coroa e à tranquilidade da nação (RODRIGUES, 1980, p. 37).

Esse modelo de censura tripartido mantém os mesmos critérios instituídos pelo regimento da Real Mesa Censória e esperava que, embora cada órgão tivesse as suas obrigações, colaborassem um com o outro. Entretanto, diferentemente da Real Mesa, a tríplice possuía 25 normas que tornavam uma obra impedida de ser divulgada e/ou lida. Tal atividade censória perdurou até 1821 e sofreu alterações com a vinda da Família Real Portuguesa.

A VINDA DA FAMÍLIA REAL E O SURGIMENTO DA *IMPRESSÃO RÉGIA*

Para que a Corte Portuguesa chegasse ao Rio de Janeiro em 08 de março de 1808, houve várias mudanças na administração, na estrutura, nos aspectos econômico-culturais da cidade, além da abertura dos portos às nações aliadas. Vale ressaltar que, naquele momento, as ordens e decisões provêm do Brasil para todo o império lusitano e, diante desse novo quadro, foram necessárias algumas alterações na atividade censória, já que a Mesa do

Desembargo do Paço estava instalada no Rio de Janeiro, necessitando de novos censores e de maior estrutura para o seu funcionamento, pois era dali que seria feita a divulgação de alvarás, leis e portarias, o que possibilitou a criação da primeira tipografia brasileira, considerada uma algo novo para a colônia, a qual, por mais de 300 anos, não teve contato significativo com o texto impresso.

Assim, em 13 de maio de 1808, D. João VI institui a *Impressão Régia*, “núcleo da nossa Imprensa Nacional e instalação oficial e definitiva da tipografia em nosso país” (MARTINS, 2002, p. 306), como uma prática administrativa que se fazia necessária à instalação da Coroa em terras cariocas. Conforme Martins, “ela foi, até à Independência, a única oficina tipográfica existente no Rio de Janeiro, tendo publicado até 1822 (...) cerca de 1154 trabalhos” (2002, p. 310). Situada na Rua do Passeio, a *Impressão Régia*, instalou-se, inicialmente, na casa de Antônio de Araújo, Conde de Barca, e, posteriormente, na rua dos Barbõnios.

Cabia ao órgão, também, a produção e circulação do primeiro jornal oficial do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, instituída poucos meses depois, em 10 de setembro de 1808. Ainda segundo o autor (2002, p. 307-308), foi necessária uma junta diretora para geri-la, composta por “José Bernardes de Castro, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, Mariano José Pereira da Fonseca, mais tarde marquês de Maricá, Silvestre Pinheiro Ferreira, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e do cônego Francisco Vieira Goulart”.

Acrescente-se, também, que uma gazeta fazia parte da lógica do Antigo Regime, pois era uma maneira de reforçar o poder real pela escrita, conforme afirma Meireles (2006, p.61): “na época, não fazia sentido haver uma corte sem uma *Gazeta*, já que esta cumpria um importante papel na instituição monárquica: era, antes de tudo, um instrumento de afirmação da realeza”. Era de responsabilidade da *Impressão Régia* imprimir, de forma exclusiva, todos os documentos referentes ao serviço real de todas as repartições, a impressão de obras de particulares, conforme consta no documento de criação da mesma:

Sou servido que a casa onde se estabeleceram, sirva interinamente de “Impressão Régia”, onde se imprimam exclusivamente toda a Legislação e Papéis Diplomáticos que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possa imprimir todas e quaisquer outras obras, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido; e

procurará dar ao emprego da Oficina a maior extensão e lhe dará todas as Instruções e Ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808. – Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor. (BRASIL, 1891, p. 29-30)

A primeira publicação estampada pela pressão do prelo da *Impressão Régia* foi um *in-fólio* de 27 páginas, cuja imprensa vem no final: “Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808. Na Impressão Régia.” (MARTINS, 2002, p. 308) e cujo título era:

RELAÇÃO DOS DESPACHOS PUBLICADOS NA CORTE PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA GUERRA NO FAUSTÍSSIMO DIA DOS ANOS DE S.A.R. O PRÍNCIPE REGENTE N.S. E DE TODOS OS MAIS QUE SE TEM EXPEDIDO PELA MESMA SECRETARIA DESDE A FELIZ CHEGADA DE S.A.R. AOS ESTADOS DO BRASIL ATÉ O DITO DIA. (MARTINS, 2002, p. 308)

Embora houvesse, naquele momento, a inserção de uma imprensa oficial no país, isso não implicou o uso da liberdade de expressão; pelo contrário, serviu para privá-la. Consoante Martins, “quem desejava imprimir qualquer manuscrito apresentava-o antes com um requerimento à junta diretora, e só depois do despacho é que podia imprimi-lo” (2002, p. 309). Se o material tratasse de religião, legislação ou política, apenas uma junta constituída por especialistas da área, e autorizada, poderia dar o parecer em nome da Alteza Real.

Naquele período, a atividade censória determinou que censores civis fossem nomeados para a tipografia régia devido ao assentamento tanto do Desembargo do Paço no país quanto da assessoria da Intendência da Polícia carioca, a qual dispôs que até os anúncios dos livreiros fossem averiguados antes de serem exibidos publicamente. Ainda que estivessem subordinados ao poder de D. João VI, os órgãos não tinham uma unidade no exame de textos em geral, o que tornava a prática da censura confusa e morosa. Havia atraso na confecção e envio de listas de livros proibidos ao Desembargo do Paço e, além disso, não existiam critérios claros quanto ao que devia ser permitido ou não; acrescente-se, ainda, o fato das listas estarem sempre incompletas.

Não se pode deixar de destacar que os censores possuíam vários outros obstáculos que impediam a agilidade da atividade censória: o número

elevado de obras para serem lidas, obras com variados textos, entretanto, que utilizavam o título menos suspeito, muitas obras com títulos iguais, coletâneas sem indicação de que eram mesmo coletâneas, além de não terem acesso fácil às listas e editais de textos proibidos; assim, existiam livros proibidos que não eram do conhecimento dos censores. Nesse sentido, a censura parece ter sido praticada mais com um caráter subjetivo de homens letrados, que avaliavam a moral, a religião e a política ligada à Coroa do que algo mais objetivo, já que os censores tinham dificuldades com a ausência de normas claras, em consultar o rol de livros proibidos e os editais de proibição.

Em 30 de maio de 1809, Paulo Fernandes Viana, o intendente geral da polícia, proibiu a publicação dos “sobreditos anúncios, avisos e notícias, sem que fossem vistos, examinados e precisamente aprovados, sob pena de prisão e multa pecuniária, além das mais que impõem as leis aos que procuram quebrantar a segurança pública, qualquer que fosse a nacionalidade dos criminosos” a fim de que fosse possível a vigilância e que lhe favorecesse o conhecimento de todos “os avisos, anúncios e notícias dos livros e obras existentes à venda, estrangeiras ou nacionais”. Por fim, para assegurar o controle, inquirição para avaliar as denúncias e punissem os transgressores de suas ordens” (MARTINS, 2002, p. 309).

Ainda que existisse bastante rigor quanto à publicação de obras das mais variadas áreas e sobre os mais variados assuntos, isso não impediu a existência, circulação e vinda de obras e de periódicos clandestinos e perturbadores, com ideias liberais e livres da censura, como o *Correio Brasiliense*, jornal que circulou simultaneamente com a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A GAZETA DO RIO DE JANEIRO, A IMPRENSA OFICIAL

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, cuja impressão e distribuição era a cargo da *Impressão Régia*, foi concebida a partir do modelo da *Gazeta de Lisboa*, órgão oficial português desde 1715, com padrão dos jornais estrangeiros (19 x 13,5), formato *in-quadro*, com a reprodução de notícias dos jornais europeus que chegavam ao Rio de Janeiro através dos navios, com predomínio de informações políticas e seu redator era frei Tibúrcio José da Rocha. Consoante estudo de Juliana Gesuelli Meirelles, a primeira *Gazeta* brasileira continha uma parte designada como noticiosa, com informações oriundas de periódicos europeus, cartas de militares, documentos oficiais, informações sobre o a família real e datas comemorativas, distribuição de títulos de nobreza, e outra voltada aos anúncios, como eventos culturais, vendas de escravos, livros e leilões (2006, p. 57).

O primeiro jornal impresso no país oficialmente podia ser vendido de forma avulsa, ser entregue nas residências, com assinatura semestral, incluindo as edições extras ou poderia ser adquirido tanto nas dependências da *Gazeta do Rio de Janeiro* quanto em casa de Paulo Martin Filho, mercador de livros instalado na Rua da Quitanda. Inicialmente, a *Gazeta* era publicada apenas aos sábados, depois passou a ser publicada às quartas e sábado e, mais tarde, às terças, quintas e sábados, já em 1821. Havia também as edições extraordinárias, com quatro páginas, quando os assuntos eram urgentes e não se podia esperar até a próxima publicação.

Faz-se relevante observar que a *Gazeta* ultrapassava os limites da informação dos atos reais e publicitários, visto que foi útil também para difundir o cotidiano daquele momento no que diz respeito às alterações ocorridas com a chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro, a realidade sócio-político-econômica e cultural do Brasil, este último sendo ampliado com a oferta de aulas de canto, piano, dança por franceses, russos e italianos. Nesse sentido, pode-se perceber que a vinda da Família Real, em 1808, alterou os hábitos da população e quem os orientou foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, principalmente no que diz respeito aos modos e aos hábitos de higiene.

De acordo com Márcia Abreu, após a vinda da Família Real, as remessas de livros aos Brasil aumentaram de forma significativa “com o envio de 3003 livros relativos a 851 diferentes títulos” (2003, p. 27-28). Aumentaram também as tipografias, a comercialização de livros, especialmente os romances franceses, o que, mais uma vez, revela o quanto a vida da realeza interferiu no modo como a população brasileira daquele momento alterou os seus hábitos.

Em 1814, a partir da derrota de Napoleão Bonaparte, a cultura francesa passou a ditar as novas regras de conduta voltadas tanto ao luxo quanto ao “bom gosto” da aristocracia. Nesse sentido, passaram a ser frequentes anúncios “de porcelanas, cristais e vidros do ourives francês Dumont; os tecidos finos e as plumas que compunham vestidos da moda de Carlos Durand; vinhos e garrafas de Bordeaux; vinhos de Champagne; pão sovado com trigo “à moda francesa” (MELLO, 2009, p. 80).

O periódico também contribuiu com o registro do cotidiano dos escravos do Rio de Janeiro com anúncios de compra, venda, aluguel dos escravos de ganho, fugas e “a identificação de marcas étnicas, das nações de origem dos africanos anunciados e também suas marcas físicas impressas em suas peles pelo jugo da chibata, de queimaduras e outros castigos corporais” (MELLO, 2009, p. 80), que auxiliaram a reconstruir e recontar a realidade vivida pelos escravos da época. Ademais, a *Gazeta* registrou a chegada dos navios, o naufrágio de navios negreiros, como o Rainha Nantes, o sumiço e a morte de escravos transportados. Vale destacar que o periódico também

anunciou as variadas habilidades dos escravos, como na música, alfaiataria e condução de cavalos, perfis que encareciam o valor dos mesmos.

Desde o primeiro número da *Gazeta*, na quarta página, o redator já havia um esclarecimento quanto à propriedade do jornal e de seus propósitos e deixava clara a “neutralidade” do periódico, no sentido de não haver opiniões sobre as notícias, conforme se ilustra abaixo:

Faz-se saber ao Público: *Que a Gazeta do Rio de Janeiro deverá sair todos os Sábados, pela manhã: Que se vende nesta Corte na em casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros, no fim da Rua da Quitanda a preço de 80. rs: Que as Pessoas, que quiserem ser Assinantes, deverão dar aos Seus nomes, e moradas, na Sobredita Casa pagando logo os primeiros Seis meses a 1: 900 r.s; e lhes Serão remetidas as folhas a Suas Casas no sábado pela manhã: Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios, que se queiram fazer; devendo enviar na 4ª feira no fim da tarde na Imprensa Régia*

N.B. Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é com tudo Oficial; e o Governo somente responde por aqueles papeis, que nela mandar imprimir em Seu nome.

Desde junho de 1808, os órgãos da Imprensa Régia passaram a se submeter ao poder decisório de uma Junta Diretora, cujos membros eram ilustrados e da inteira confiança do rei: José Bernardo de Castro, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá, e José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu. A partir de 1815, Silvestre Pinheiro Ferreira passa a ser membro da Junta e José Saturnino da Costa Pereira ocupa o lugar de Mariano José Pereira da Fonseca.

Tal junta reunia-se duas vezes na semana para deliberar, pelo sistema de pluralidade de votos, sobre o que seria publicado na *Gazeta*. Desse modo, o que seria publicado e considerado como “verdadeiro” estavam vinculados aos aspectos políticos da Coroa Portuguesa e eram determinadas por aquilo que o redator gostaria de evidenciar, ressaltar, omitir sobre a realeza, da mesma forma que lhe cabia ler e traduzir as notícias oriundas dos periódicos da Europa.

Cabia, também, à Junta Diretora realizar a censura prévia, visto que era de sua alçada averiguar papéis e livros que seriam impressos e assegurar que fosse publicado todo e qualquer texto que insultasse o governo, a religião e a moral. “A criação da ideia de imparcialidade da pena desta

Junta Diretora foi uma importante preocupação da *Gazeta* que se manteve ao longo do período joanino, mesmo que esse ideal fosse baseado por uma vertente explicitamente comprometida com o poder” (MEIRELLES, 2006, p. 62).

Entretanto, ocorre um distanciamento entre o que os diretores propunham e a prática: os redatores se voltam a elaborar, quase que de forma restrita, de notícias referentes aos hábitos da Monarquia e da vida cortesã: “os diversos festejos públicos, aniversários reais, falecimentos de nobres cortesãos portugueses que aqui estavam, a chegada de militares e políticos ingleses, visitas de artistas europeus entre tantas outras notícias davam o tom da *Gazeta*” (MEIRELLES, 2006, p. 63).

Segundo Wilson Martins, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um periódico que “nenhuma ou quase nenhuma influência exerceu sobre os negócios do Brasil. Sua importância é puramente histórica, ao contrário de outro jornal que começaria logo depois a sua publicação, (...), o *Jornal do Comércio*” (2002, p. 318), de outubro de 1827. Além disso, o autor declara que a *Gazeta* é a “mais remota fonte histórica do nosso *Diário Oficial*” (MARTINS, 2002, p. 318).

Nelson Werneck Sodré também faz observações nesse mesmo sentido e aponta a falta de fidelidade e a parcialidade da *Gazeta*:

Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado. Armitage situou bem o que era a *Gazeta do Rio de Janeiro*: Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição dos agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.

Claro que havia queixumes. Como expressá-los, porém, numa folha cujo material de texto era extraído da *Gazeta de Lisboa* ou de jornais ingleses, tudo lido e revisto pelo Conde de Linhares e, depois, pelo Conde de Galveias, e que não tinha outra finalidade senão agradar à Coroa de que tão estreitamente dependia? (SODRÉ, 1999, p. 20)

Entretanto, Janaína Cardoso de Mello afirma que,

[...] embora tenha consistido numa “voz oficial” do período (sua circulação compreende: setembro de 1808 a dezembro de 1822), informava sobre a cultura material da população de diversas origens que transitava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Redigindo os múltiplos modos de viver em seus anúncios, conferiu visibilidade social àqueles que compunham esse território de intensa polisssemia e hibridez cultural. Dessa forma, o carioca aprendeu o “saber estrangeiro” e o incorporou aos costumes e tradições locais, por meio da adoção de falas, de vestuários, alimentação ou de ideias. Todavia, essas “migrações comportamentais” não permaneciam in natura, mas eram absorvidas e ressignificadas de acordo com as experiências próprias vivenciadas na espacialidade do Rio de Janeiro. (MELLO, 2009, p. 81)

Assim como Maria Beatriz Nizza da Silva:

Além de constituir uma documentação relevante para a história do cotidiano carioca, do livro e da leitura, a seleção das notícias referentes ao Brasil em geral, ou à cidade do Rio de Janeiro em particular, não pode ser encarada apenas como uma forma de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio governante. Ela mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado. Embora muitas notícias resultassem de documentos enviados pela Secretaria de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não se trata de pura propaganda oficial, pois muitos temas surgem em outros periódicos e eram de interesse geral, como a abertura de estradas e canais, os projetos de colonização, os incentivos à agricultura, a domesticação dos índios etc. (SILVA, 2007, p. 22-23)

Em 1812, frei Tibúrcio deixa a redação do jornal, a qual é assumida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães até 1821. No ano de 1820, com a Revolução do Porto, a organização ministerial de José Bonifácio e a Assembleia Constituinte, a *Gazeta* – intitulada apenas como *Gazeta do Rio* a partir de 1821 – passa a defender tanto o liberalismo quanto a independência brasileira. Devido a pressões do clero, da burguesia e da nobreza portuguesa, a Família Real retorna a Portugal, em 25 de abril de 1821, e deixa D. Pedro I como Príncipe Regente.

Em 2 de março 1821, D. João VI decreta o fim da censura prévia e

regulamenta a liberdade de imprensa até que se elaborassem novas regras, o que não resultou no fim efetivo da censura. “O impressor era obrigado a remeter ao diretor dos Estudos, ou a alguém no seu lugar, dois exemplares das provas tipográficas” (SILVA, 2007, p. 269). Tais provas seriam avaliadas por um censor régio, que poderia aprovar, suspender ou pedir para fazerem as devidas correções se houvesse algo “contra a religião, a moral e os bons costumes, contra a Constituição e a pessoa do soberano ou contra a pública tranquilidade” (SILVA, 2007, p. 269). Em 28 de agosto de 1821, D. Pedro I instituiu a liberdade de imprensa e, com a Independência do país, a *Gazeta* deixa de circular em 31 de dezembro de 1922.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação do percurso da censura no Brasil durante o Período Colonial, com ênfase no contexto histórico, até a existência de uma Imprensa Oficial no país, pode-se verificar que houve mudanças nos critérios que nortearam a produção literária da época, no entanto, o interesse da atividade censória era apenas um só: a obediência para a manutenção da hierarquia e do poder.

No momento da existência da Tríplice Censura, podemos constatar que tanto a Igreja quanto a Coroa caminhavam *pari passu* no poder. A Igreja, inclusive, possui, naquele momento, dois tribunais que trabalhavam a seu favor: o Ordinário e a Inquisição, em oposição à Coroa, cujo tribunal, o do Desembargo do Passo, exercia a censura civil. Temos, nesse momento, a censura como mecanismo para assegurar, primeiramente, a manutenção tanto da ideologia religiosa quanto para que não veiculação de ideias que não fossem do interesse da Coroa Portuguesa.

Num segundo momento, podemos destacar que a atividade censória no sistema tríplice era uma forma de garantir a escrita e publicação de obras no Movimento Academicista – na Academia Brasílica dos Esquecidos e dos Renascidos –, conforme os preceitos retóricos que norteavam a produção da época, com destaque ao uso do gênero epidítico aristotélico a fim de louvar, glorificar as figuras mais elevadas da academia quanto dos seus mecenas como também da figura real. O propósito era a manutenção do poder, dos privilégios e revelavam obediência para com a coroa, visto que os acadêmicos se colocavam como “vassalos”, como consta nos Estatutos, e, portanto, obedientes ao poder real, além de ser uma maneira de assegurar a existência das academias.

A produção literária presente nas Academias revela que por trás de uma escrita institucionalizada, havia interesses que perpassavam tanto a questão da manutenção do poder eclesiástico, como da ideologia pombalina

dominante do período da ABR quanto da ação de uma política voltada aos interesses ilustrados do então Marquês de Pombal.

Em 1768, momento em que Pombal instituiu a Real Mesa Censória, a atividade censória tem como objetivo maior também a centralização e consolidação do poder do Estado Absolutista com a clara intenção de se opor aos jesuítas. Observa-se que naquele momento, a Igreja deixa de interferir nos interesses do Estado, o qual passa a ter total soberania nas questões censórias, entretanto, esse sistema bem criterioso, com duração de nove anos. Na sequência, D. Maria I instituiu a Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros e a Igreja volta a intervir nas ações censórias, mas dessa vez, devido à falta de unidade de critérios por parte dos próprios censores, extingue-se para que, novamente, o sistema tríplice retorne, com Igreja e Coroa no poder decisório.

A vinda da Família Real ao Brasil demandou algumas alterações na atividade censória, já que o Tribunal do Desembargo do Paço deslocou-se para o Rio de Janeiro, fato que exigiu novos censores e uma nova estrutura para a publicação de documentos oficiais, o que possibilitou a criação da primeira tipografia no país para logo ser institucionalizada a *Impressão Régia*, detentora da exclusividade da impressão dos papéis da Coroa.

Pouco tempo depois, surge o primeiro jornal oficial brasileiro, A *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujos conteúdos tratavam essencialmente dos interesses do governo português. Naquele momento, a censura exigiu censores civis e passou a existir a intervenção da polícia. Mesmo com D. João VI no comando, a censura tornou-se extremamente morosa e sem critérios definidos, com muitos percalços a superar seja na elaboração de listas dos livros proibidos, seja nos critérios de censura.

Embora a imprensa tenha sido incipiente, estando à mercê do controle da Coroa Portuguesa, isso não significou que ela não possa ter relevância. Devemos compreender que a *Gazeta do Rio de Janeiro* a serviço de interesses ligados ao poder da Metrópole, contribuindo, desse modo, para a reconstrução histórica de um momento cujo interesse maior era a orientação da opinião da população por meio do ponto de vista da Coroa Portuguesa.

Portanto, a partir do estudo realizado, podemos concluir que a censura, seja atendendo aos interesses do Estado Português, seja aos interesses da Igreja, a sua intenção maior era tanto a manutenção da uniformidade ideológica quanto o combate a qualquer divergência de opinião. Tais mecanismos possibilitaram que a centralização e o fortalecimento do poder se alicerçassem. Quem faz o controle da informação, controla o poder. Assim, na estrutura colonial, a liberdade de pensar não encontraria lugar e condições para sua existência e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (Org.). *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BRASIL. Leis etc. *Colecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: História do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)* (Dissertação de Mestrado). Campinas, 2006, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MELLO, Janaína Cardoso de. A Cultura Oitocentista na Época Joanina. In: *Recôncavos: Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*. Bahia. v.3, n.1, p. 80-89.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Ivan Prado. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.

Recebido em 31 jan. 2021

Aprovado em 16 nov. 2021